



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Patriota Malta

6ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0298860-9 /

COMARCA: 30ª VARA CÍVEL DA CAPITAL

APELANTE: COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO - CELPE

APELADO: HIPER PADARIA GRAVATÁ LTDA - ME

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E PERDAS E DANOS - SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA - SUPOSTA FRAUDE - DÍVIDA APURADA UNILATERALMENTE - SÚMULA 13 DO TJPE - APLICAÇÃO DO CDC - COBRANÇA ILEGAL - DANOS MORAIS EVIDENCIADOS - QUANTUM INDENIZATÓRIO QUE NÃO CARECE DE REPARO - JUROS MORATÓRIOS NA FORMA DA SÚMULA 54 DO STJ - APELO DESPROVIDO - DECISÃO UNÂNIME. /

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos da **APELAÇÃO CÍVEL Nº 0298860-9**, em que figuram como Apelante **COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO-CELPE** e como Apelada **HIPER PADARIA GRAVATÁ LTDA - ME**, os Senhores Desembargadores componentes da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco acordam o seguinte: "**Por unanimidade, negou-se provimento ao recurso de apelação, acrescentando que os juros moratórios fluem a partir da efetivação do dano, de conformidade com a súmula 54 do STJ, nos termos dos votos da Turma.**" Tudo de acordo com o relatório, os votos, e o termo de julgamento, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 26 de setembro de 2013.

Des. José Carlos Patriota Malta

Relator



- 125 -

Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Desembargador Patriota Malta

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0298860-9

APELANTE: COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE

ADVOGADO: SAULLO VERAS MEIRELES PE025012

APELADO: HIPER PADARIA GRAVATÁ LTDA-ME

ADVOGADO: HELMO TAVARES NEVES PE023295

ÓRGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

RELATÓRIO

Ação: Cuida-se de Ação Declaratória de Obrigação de Fazer c/c Repetição de Indébito e Perdas e Danos.

Sentença Recorrida: A Decisão (fls. 81/87) julgou procedente em parte a pretensão autoral, (a) confirmando, em consequência, a tutela antecipatória deferida, tornando-a definitiva; (b) condenando a Celpe na obrigação de fazer consistente na desconstituição do débito relativo à multa referente à suposta apuração de consumo não medido, constante da fatura datada de 29/11/2007, no valor de R\$ 85.421,69 (oitenta e cinco mil, quatrocentos e vinte e um reais e sessenta e nove centavos); (c) bem como na obrigação de pagar, indenizar, a postulante pelos danos morais sofridos, na importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), montante que deverá ser corrigido, a partir do seu arbitramento, pelos fatores de atualização monetária da Tabela não Expurgada, de referência para a Justiça Estadual, e acrescido dos juros legais, contados a partir da citação, até a data do efetivo pagamento. Em razão da sucumbência recíproca, as partes deverão arcar, recíproca e proporcionalmente, com as custas e honorários advocatícios.

Objeto: Apelação objetivando a reforma total da sentença hostilizada (fls. 90/105v).

Razões recursais: Argumenta acerca da regularidade do processo administrativo e a constatação da irregularidade do medidor. Alega ter sido legal a suspensão do fornecimento de energia elétrica e que não restaram comprovados os requisitos necessários à configuração dos danos morais.

Contra-razões: Ausentes.

É o que importa relatar.
À Douta Revisão

Recife, 06 de março de 2013.

Des. José Carlos Patriota Malta
Relator



Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Desembargador Patriota Malta

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0298860-9

APELANTE: COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE

ADVOGADO: SAULLO VERAS MEIRELES PE025012

APELADO: HIPER PADARIA GRAVATÁ LTDA-ME

ADVOGADO: HELMO TAVARES NEVES PE023295

ÓRGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

VOTO RELATOR

De plano, verifico que a presente demanda originou-se pela suspeita da apelante sobre possível fraude no medidor de consumo de energia do estabelecimento comercial da apelada.

A apelante realizou cobranças indevidas à parte autora, suspendendo o fornecimento de energia elétrica sob a alegação de débito apurado pela perícia realizada pelos seus prepostos.

Não há dúvida, ao meu sentir, de que a apelada, estabelecimento comercial, teve sua dignidade abalada pelas atitudes da apelante, lastreadas em perícia unilateral.

Com efeito, a pessoa jurídica, em virtude de exame unilateral de fraude no medidor do consumo de energia, ser privada do serviço público essencial de energia elétrica causa sério abalo à sua imagem, sendo então, ao meu sentir devida a indenização a título de danos morais. Como bem explicitou o ilustre juízo *a quo*:

"Na hipótese vertente, como reiteradamente afirmado, não se pode negar que a atitude da ré para com a autora atingiu a sua imagem. Ninguém poderá negar que a ofensa sofrida se converteu em prejuízo econômico, na medida em que a imagem ruim se refletiu no relacionamento societário, funcional, comercial, do estabelecimento (Padaria)."

Assevero que a suspensão de fornecimento de energia elétrica é permitida exclusivamente quando decorrer de inadimplemento de conta regular, relativa ao mês de consumo, restando inadmissível referido procedimento uma vez contestada em juízo dívida apurada unilateralmente e decorrente de uma **suposta fraude** no medidor de consumo de energia elétrica.

É esse o sentido da súmula 13 do TJPE, perfeitamente aplicável ao caso.

"É abusiva a suspensão do fornecimento de energia elétrica, quando motivada pelo inadimplemento de débito"



Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Desembargador Patriota Malta

unilateralmente arbitrado pela concessionária, pelo critério de estimativa de carga, após a constatação de suspeita de fraude".

Da atenta análise dos autos, observo que a apelante procedeu à cobrança baseada exclusivamente em prova produzida unilateralmente pela mesma, sem atentar para os ditames legais impostos, deixando de proceder à medição na presença do consumidor, deixando de solicitar perícia técnica do órgão competente e, por fim, deixando de implementar outros procedimentos necessários à fiel caracterização da irregularidade.

Vale ressaltar que com advento do Código de Proteção e Defesa do Consumidor (CDC), a responsabilidade objetiva, por ele consagrada, reverteu esse quadro, ao atribuir ao empreendedor, desassoberbando o elo mais fraco da cadeia de fornecimento de produtos e serviços. Assim, a teoria do risco do empreendimento adotada pelo código consumerista atende ao preconizado pela justiça distributiva, com a repartição solidária dos riscos sociais, atribuindo ao consumidor a assunção desses encargos somente nas hipóteses de exclusão da responsabilidade do empreendedor.

Evidentemente, o caso em apreciação tem como objeto uma relação de consumo, sujeita ao regramento do CDC. A demandante/apelada é destinatária final da energia elétrica fornecida pela ré, na medida em que, não comercializa esse bem. Não repassa a energia a terceiros.

A apuração de suposta fraude foi realizada de forma unilateral e sem se basear em perícia ou qualquer outro procedimento de acurada análise, infringindo-se, dessa forma, o direito de defesa do usuário e com conteúdo desprovido de provas, além de contrário àquelas produzidas nos autos.

Assevero que para fins de apuração de irregularidade no conjunto de medição de energia elétrica, apenas o órgão metrológico oficial têm idoneidade para realizar a perícia, não podendo tal procedimento ser realizado pela própria concessionária de energia elétrica, posto ter manifesto interesse na causa.

Com efeito, não pode prevalecer a cobrança efetuada pela ré/apelante, da maneira verificada nestes autos.

Indevida, então, a cobrança que se baseia unicamente em prova produzida unilateralmente, porquanto efetuada de modo aleatório e desacompanhada de comprovação hábil a justificar a diferença de consumo exigida, por mais que se alegue consonância com as normas expedidas pela ANEEL.

Em face da conduta ilegal da concessionária que, mesmo sem ter certeza de fraude, atribuiu à apelada. Necessária, então, se mostra a indenização pelos danos morais injustamente experimentados pela apelada, como forma de colir e compensar o dano causado.



Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Desembargador Patriota Malta

SÉRGIO CAVALIERI FILHO acerca do dano moral professa que:

"Só deve ser reputado como dano moral a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflições, angústia e desequilíbrio em seu bem-estar. Mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral, porquanto, além de fazerem parte da normalidade do nosso dia-a-dia, no trabalho, no trânsito, entre amigos e até no ambiente familiar, tais situações não são intensas e duradouras, a ponto de romper o equilíbrio psicológico do indivíduo. Se assim não se entender, acabaremos por banalizar o dano moral, ensejando ações judiciais em busca de indenizações pelos triviais aborrecimentos." (In Programa de Responsabilidade Civil, 7. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2007, p. 80)

Sem dúvida, a imputação de fraude no medidor de energia, sem que fosse o ato supostamente cometido pelo usuário e aferido através de perícia técnica, realizada com acompanhamento do consumidor e na forma do artigo 72 da resolução 456 da ANEEL¹, atingiu o patrimônio moral da apelante.

Sobre o tema:

PROCESSUAL CIVIL E CONSUMIDOR. ENERGIA ELÉTRICA. ALEGAÇÃO DE FRAUDE NO MEDIDOR DE ENERGIA. AUSÊNCIA DE PROVA. CONSTRANGIMENTO INDEVIDO. DANO MORAL CARACTERIZADO. APELO IMPROVIDO. I - A Resolução nº 456/2000, da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) determina, em seu art. 72, inc. II, que constatada a ocorrência de qualquer irregularidade, provocando faturamento inferior ao correto, deve a concessionária solicitar os serviços de perícia técnica do órgão competente vinculado à segurança pública e/ou do órgão metrológico oficial, quando se fizer necessária a verificação do medidor e/ou demais equipamentos de medição; II - a análise do medidor feita no laboratório da própria cemar não serve de prova, em face da sua produção unilateral e, por óbvio, pelo interesse manifesto da parte; III - atualmente a energia elétrica constitui serviço de utilidade pública indispensável; e compeli o usuário ao pagamento indevido de um serviço não prestado.

¹ ANEEL, Resolução 72 - Constatada a ocorrência de qualquer procedimento irregular cuja responsabilidade não lhe seja atribuível e que tenha provocado faturamento inferior ao correto, ou no caso de não ter havido qualquer faturamento, a concessionária adotará as seguintes providências: [...]; II - solicitar os serviços de perícia técnica do órgão competente vinculado à segurança pública e/ou do órgão metrológico oficial, este quando se fizer necessária a verificação do medidor e/ou demais equipamentos de medição;



Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Desembargador Patriota Malta

ameaçando-o de suspensão de serviço e atribuindo-lhe, de forma imprópria, irregularidade no medidor de energia elétrica, submete a constrangimento qualquer consumidor, atingindo seu patrimônio moral, vez que acusado injustamente de fraudar medidor; IV - apelação não provida (TJMA – Processo nº 3896/2010 - Relatora; Desa. Nelma Sarney – Data: 24/06/2010).

Por tudo que foi dito, configurada encontra-se a necessidade de indenizar em danos morais o usuário de energia.

Importante explicitar que o dano moral aqui verificado sequer precisa ser demonstrado, porque decorre da conduta ilícita em si, a qual vai ser valorada pelo juiz, que dará pelo seu caráter ofensivo a direito da personalidade se, pela experiência do homem médio, entender que foi suscetível de trazer severo aborrecimento, consideradas as circunstâncias em face que envolveu as partes, sendo possível a intervenção do juiz na relação contratual, para suprir a vontade da parte mais fraca, poder do qual está investido a partir de quando se introduziu a indenização por danos morais em nosso sistema positivo.

Em relação à fixação do *quantum* a ser atribuído a título de indenização por danos morais, o Superior Tribunal de Justiça registra que “*não existem critérios fixos para a quantificação do dano moral, devendo o órgão julgador ater-se às peculiaridades de cada caso concreto, importando observar, outrossim, que a reparação do dano deve ser estabelecida em montante que desestímule o ofensor a repetir a falta, sem constituir, de outro lado, enriquecimento sem causa, como, aliás, reiteradamente tem se pronunciado*” (AgRg no Agravo de Instrumento nº 1.076.342 - SP (2008/0170088-3). Rel. Min. SIDNEI BENETI, julgamento em 19/2/2009).

Portanto, no caso em debate, levando em consideração a situação já narrada e o caráter compensatório e de desestímulo que gera a indenização por dano moral, verifica-se que se mostra dentro da razoabilidade o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) como indenização. —

Ante o exposto, **NEGO PROVIMENTO A APELAÇÃO, mantendo a sentença pelos seus próprios termos e fundamentos.**

É COMO VOTO. — *Rejeita, 24/07/2013.*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0298860-9

APELANTE: COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO - CELPE

APELADO: HIPER PADRARIA GRAVATÁ LTDA - ME

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

REV. SUBSTITUTA: JUÍZA MARIA AURI ALEXANDRE RIBEIRO

VOTO-REVISÃO

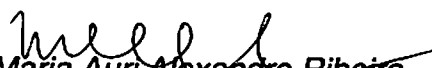
Ative-me atentamente ao voto proferido pelo Nobre Relator e, quando do envio dos presentes autos à minha revisão, fiz pontuais apontamentos sobre a matéria.

Ressalto, por oportuno, que os juros moratórios no caso de responsabilidade extracontratual fluem a partir da efetivação do dano, de acordo com a Súmula 54 do STJ.

Destarte, em face do esgotamento do assunto em seu voto e da fundamentação expendida, acompanho o Relator, sem mais considerações a serem feitas.

É meu voto.

Recife, 24. 09. 2013.


Juíza Maria Auri Alexandre Ribeiro
Revisora Substituta